

BASE NACIONAL E DISPUTAS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO: VOZES DOCENTES

Geam Felipe Lima Santos
Ângela Cristina Alves Albino

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada em dezembro de 2017, resultado das discussões vivenciadas com maior intensificação desde 2015 e, situando-a num contexto histórico, referendada pela Constituição Federativa do Brasil (CFB/1988), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997-2000), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/1996), Plano Nacional da Educação (PNE/ 2014-2024), Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (CNE\CEB\2010), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN\2013) e, recentemente no Plano Nacional da Educação (PNE/2014-2024).

Haja vista que a política curricular incide diretamente nas práticas docente, muito tem preocupando aqueles que buscavam uma base mais discutida, democrática, descentralizada, sobretudo que ouvisse e contemplasse as sugestões daqueles que estão em cada canto do Brasil e entendem de suas realidades, isto é, das necessidades das escolas que atuam.

Um dos vieses, dentre tantos que tem causado inquietação em alguns estudiosos das políticas educacionais e de currículo durante o processo construtivo e, até então, na conjuntura de implementação, é a autonomia docente. Conforme Albino (2018) “a autonomia pode ser enfraquecida cada vez mais se a política de formulação da Base Nacional Comum continuar representando um currículo de forma polarizada entre os professores que estão na base (chão da escola) e os especialistas que o elaboram”. (p. 234). Nesse sentido, cabe enfatizar: Quais os riscos à autonomia docente frente a reforma educacional em curso? O que os professores entendem por autonomia docente? Como esses docentes têm assumido a participação? Quais os sentidos de autonomia marcados nos discursos? Discurso hegemônico ou contra-hegemônico?

DESENVOLVIMENTO

No percurso histórico, a terminologia da autonomia vem aparecendo constantemente. Na Constituição Federal (1988), documento considerado um marco importante para a política educacional brasileira, são instituídos em seu Art. 206, a liberdade, a igualdade, a gestão

democrática e a valorização docente, considerando estes como princípios básicos para a prática do ensino, sobretudo, para uma escola democrática, para todos e de qualidade.

Semanticamente falando, autonomia vem do grego *autonomia*, palavra formada pelo adjetivo pronominal *autos* – que significa ao mesmo tempo “o mesmo”, “ele mesmo” e “por si mesmo” e *nomos*, que significa “compartilhamento”, “lei do compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”. Assim, a palavra autonomia, significa propriamente a competência humana em “dar-se suas próprias leis”.

Buscando aprofundar os estudos em torno da autonomia docente no atual processo de implementação curricular, focaremos no trabalho desenvolvido pelo programa de licenciaturas — PROLICEN\UFPB\2018, intitulado BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: significações em torno da autonomia docente, analisar as significações discursivas de autonomia na voz docente e no texto oficial que compõe a Base Nacional Comum Curricular.

O trabalho foi desenvolvido em três escolas públicas de educação básica do município de Remígio-PB. Participaram da pesquisa um total de 21 professores de formações diversas, haja vista que a política curricular afeta a todos. O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário com oito questões abertas e fechadas, das quais quatro serão analisadas e discutidas nesse trabalho.

De cunho qualitativo, a pesquisa busca compreender processos discursivos dos professores. A análise dos dados seguiu na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir da prática discursiva trabalhada por Fairclough (2001) como um “modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes”. (p.126). O autor define *hegemonia* como

Liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Neste sentido, a Análise Crítica do Discurso (ACD) na perspectiva de Fairclough (2001) pode ser entendida tanto como teoria, como método de análise, pois em sua proposição as questões sociais, bem como políticas têm um caráter parcialmente linguístico-discursivo. Dessa forma, percebemos a teoria de Fairclough (2001) como dialética, uma vez que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da

estrutura social. É a partir desse método que iremos discutir os resultados, buscando analisar as significações da autonomia docente na prática social, através do discurso.

A pesquisa limitou-se em analisar a partir da perspectiva de Fairclough (2001) o discurso como constitutivo das práticas sociais. Ao tecer uma concepção de autonomia docente, observaremos de que forma esses termos se desdobram nos discursos dos docentes.

Percebemos com maior expressividade nas falas, o sentido de autonomia com respeito à democracia, a coletividade. Nesse caso, fica demarcado nos discursos dos docentes três polos distintos de concepções — independência, liberdade, flexibilidade. Evidenciamos que a autonomia, a partir desses polos, é assumida coletivamente quando alguns professores apontam a autonomia associada a outrem — “respeitando as condições regionais e a participação de todos”, as “necessidades educacionais da turma”, “estando pertinente ao sistema educacional”, “atendendo as necessidades da comunidade”. Além disso, os docentes acreditam que um currículo nacional comum pode atrapalhar sua autonomia completamente ou em parte e, em termos de avaliações nacionais, podem em parte ou parcialmente subalternizar os saberes locais, que na base é apresentado como parcela mínima.

Por outro lado, corroborando com os estudos de Albino (2018) ainda aparecem discursos como: “Capacidade de executar um trabalho sem interferências externas” “autonomia docente será onde o professor terá livre arbítrio para descidir e ampliar seus conhecimentos.”. Para a autora, “a autonomia é compreendida, muitas vezes, como liberdade total de fazer o que se quer, independente do outro (p. 59) e ainda esclarece nessa perspectiva que é compreendida como “um direito de escolha e liberdade que superpõe às dimensões éticas de convivência humana.” (p. 59).

Outro aspecto relevante que se apresenta em nossa pesquisa, é a maior expressividade no discurso dos docentes ao revelarem as diferentes realidades, locais, regionais como maiores dificuldades na conjuntura implementativa. Portanto, as vozes acabam por enunciar insatisfações com o documento homologado, caracterizando o discurso numa ordem contra-hegemônica, isto é, negando através do discurso o que vem sendo afirmado através das propagandas televisivas, dos movimentos favoráveis, sobretudo do documento oficial.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, inferimos que o atual contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular encontra-se arraigados por resistências, desafios e expectativas, amadurecendo cada vez mais a ideia de uma base imposta, (anti) democrática. Percebemos

alguns desencontros e, até mesmo a negação da BNCC nos discursos docentes, quando tecem críticas em torno das competências estabelecidas no documento, assim como apresentando como maior dificuldade na implementação as diferentes realidades locais, regionais e culturais. Outros, talvez por esse motivo, parecem ainda não estar situados no processo implementativo. Portanto, afirmamos que alguns discursos seguem numa ordem contra-hegemônica.

Vale salientar, portanto, que defendemos o trabalho a partir de parâmetros e diretrizes, em que, as diferenças locais, regionais e culturais sejam respeitadas a partir dos projetos escolares. É necessário, sobretudo, refletir sobre a autonomia dos docentes, que se configura em nossa pesquisa como enfraquecida, desvalorizada desde o processo construtivo, quando, revela, a partir do discurso docente os silenciamentos no processo de produção/construção da BNCC, refletindo, dessa forma, no atual cenário de implementação.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Ângela Cristina Alves. **Currículo e autonomia docente: enunciações políticas**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.